

Elisangela Amada de Oliveira Menezes

PROCESSOS DE EXCLUSÃO SOCIAL E SUAS INFLUÊNCIAS NA ESCOLA

Rio de Janeiro

2001

Elisangela Amada de Oliveira Menezes

PROCESSOS DE EXCLUSÃO SOCIAL E SUAS INFLUÊNCIAS NA ESCOLA

UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE DIDÁTICA
DISCIPLINA: MONOGRAFIA

Reitor: Prof. Dr. Pietro Novellino

Decano: Prof. Dra. Maria José Mesquita Cavalheiro de Macedo Wehling

Diretor: Prof. Dra. Dayse Hora

Chefe do departamento: Prof. Mônica Mandarinó

Professora: Denise Sardinha

PROCESSOS DE EXCLUSÃO SOCIAL E SUAS INFLUÊNCIAS NA ESCOLA

ELISANGELA AMADA DE OLIVEIRA MENEZES

Monografia apresentada à
Escola de Educação da
Universidade do Rio de
Janeiro para obtenção do
grau de licenciatura plena
em Pedagogia.

Professora Orientadora: Anakeila de Barros Stauffer

RIO DE JANEIRO

2001

MENEZES, Elisangela Amada de Oliveira. PROCESSOS DE EXCLUSÃO SOCIAL E SUAS INFLUÊNCIAS NA ESCOLA. Rio de Janeiro: Universidade do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Humanas, Escola de Educação, 2001, 39 p.

Ficha catalográfica

**Dedico este trabalho a todos aqueles que,
como eu, ao menos por um dia, sentiram-se excluídos.**

AGRADECIMENTOS:

À Anakeila de Barros Stauffer – quem fez este trabalho possível – e acreditou em mim, quando nem eu acreditava.

Ao professor Miguel Angel De Barrenechea pela boa vontade.

À minha mãe pelo esforço para me fazer chegar até aqui.

À minha família pela ajuda e paciência.

Aos meus amigos que ficaram sem minha companhia durante todo o processo – e sem reclamar!

Ao professor Marcos Miranda da Escola de Biblioteconomia da UNIRIO pelo grande favor feito com um sorriso.

À Therezinha Medeiros pelos dias de trabalho concedidos para a monografia.

Às amigas de faculdade Doraci, Elizabeth e Bianca pela força.

E à todos aqueles que me ajudaram na realização deste trabalho, de forma direta ou indireta.

*“O que há de grande no homem, é ser ponte, e não meta:
o que pode amar-se, no homem, é ser uma transição e um ocaso.”*

(Friedrich Nietzsche)

RESUMO:

O tema processos de exclusão foi abordado durante o trabalho monográfico de modo a delimitar as origens do problema frente a sociedade. Através da contextualização dos mecanismos de segregação e a apresentação das características da diversidade social o presente estudo demonstrou a relação intrínseca entre o pensamento social e o educacional. Foi abordado também a importância de se fomentar a discussão acerca do comportamento do ser humano para com seus iguais, para que se possa refletir a respeito de nosso comportamento enquanto professores, e mais importante que isso, enquanto pessoas.

SUMÁRIO:

Introdução.....	10
Capítulo 1	
Aspectos históricos da apreensão do diferente.....	13
Capítulo 2	
Aspectos sociais da apreensão do diferente.....	23
2.1. A escola e a diferença.....	26
2.2. A Integração.....	30
2.3. A Inclusão.....	32
Capítulo 3	
A escola como ferramenta para a mudança do paradigma atual de exclusão.....	34
Considerações finais.....	36
Bibliografia.....	38

Introdução:

Quando se trata da exclusão, deve-se ter em mente que esta constitui um fenômeno que ocorre tanto no âmbito social quanto no escolar. A problemática acerca da exclusão está fortemente presente na sociedade e, conseqüentemente, na escola. A ação segmentadora e excludente, apesar da existência de medidas – ao menos, conceituais - de inserção escolar do indivíduo excluído, parece se reforçar a cada dia. Como conseqüência, esse movimento tem sido considerado, de forma freqüente, reflexo da má qualidade do ensino.

O fato de não se relacionar o âmbito escolar à sociedade, ou seja, não se levar em consideração que as ações escolares têm embutidos os reflexos das relações sociais a respeito da diferença, uma vez que a escola é uma instituição proveniente desta sociedade, torna difícil a compreensão acerca dos motivos que levam esta mesma diferença a ser uma questão complexa no campo social.

Portanto, é necessário que se contextualize o momento em que vivemos e, especialmente, os princípios da exclusão ao longo da história, a fim de estruturarmos um caminho para a reorganização social, a implantação real da prática de inclusão.

O estudo da origem dos processos de exclusão é extremamente relevante em função do conhecimento da origem do problema da segregação, para que com isso, seja possível dinamizar novos caminhos para a busca de uma inclusão social e escolar efetiva.

Deste modo, podemos assinalar a viabilidade do uso da pesquisa bibliográfica como metodologia, uma vez que, sendo histórico o objeto das ciências sociais, pode-se dizer que toda a questão social tem em si caráter provisório, é dinâmica e exclusiva. Entretanto, todas as sociedades humanas viveram um presente assinalado pelo passado e projetado para o futuro, ou seja, tudo o que foi parte

integrante de nossa história está marcado pelas relações sociais anteriores, bem como, busca formas de resignificar o devir. Sendo assim, todo grande rompimento de paradigma influencia de forma direta tanto o desenvolvimento quanto a decadência das teorias sociais.

Pretende-se através desta metodologia, embasada em bibliografia pertinente ao tema contextualizar historicamente a exclusão do diferente. Em um segundo momento, discutir-se-á os aspectos escolares da apreensão do diferente, tendo por base a definição de dois paradigmas que se contrapõem – a integração e a inclusão.

Por fim, refletir-se-á sobre o papel da escola como locus de produção de novos valores, ou seja, não se tem a pretensão de apresentar a instituição escolar como redentora da sociedade. Contudo, ela pode contribuir para a mudança social, instaurando novos sentidos a partir da prática social.

Compartilhando com Minayo (1998) da idéia de que a pesquisa é a atividade básica das ciências em sua constante busca de indagação e desvelamento da realidade, o presente estudo se desenvolverá a partir de metodologia qualitativa com cunho bibliográfico.

Em momento algum, pretende-se dar respostas prontas e acabadas, encarcerando as questões levantadas. Tem-se o discernimento de que o objeto das ciências sociais, é transitório, provisório, justamente por seu caráter histórico. *“Desta forma as ciências sociais, enquanto consciência possível, estão submetidas às grandes questões de nossa época e têm seus limites dados pela realidade do desenvolvimento social. Portanto, tanto os indivíduos como os grupos e também os pesquisadores são dialeticamente autores e frutos de seu tempo histórico.”*(MINAYO, 1998, p. 20)

Almeja-se pois, buscando distintos pontos de vista, que permitam compreender as definições, conexões de diferentes autores (Bianchetti, Tomasini,

Mantoan, e outros.) fazer um exercício de crítica técnica e prática, visando redimensionar a práxis educacional

1. Aspectos históricos da apreensão do diferente na sociedade

Dada a necessária reflexão acerca do comportamento da sociedade contemporânea em relação à diferença, é indispensável a percepção das relações entre os ditos “normais” e os diferentes ao longo da história da humanidade. Esta perspectiva histórica é, portanto, um instrumento de extrema relevância para a realização da análise das relações com aqueles considerados diferentes.

Para iniciar este estudo, consideramos importante tomar como base o materialismo histórico, pois, de acordo com Bianchetti, esta seria uma das melhores ferramentas para a contextualização das questões sociais, uma vez que,

“(...) a concepção materialista da história parte da tese de que a produção, e com ela a troca dos produtos, é a base de toda a ordem social; de que em todas as sociedades que desfilam pela história, a distribuição dos produtos, e juntamente com ela a divisão social dos homens em classes ou camadas, é determinada pelo que a sociedade produz e como produz e pelo modo de trocar os seus produtos. De conformidade com isso, as causas profundas de todas as transformações sociais e de todas as revoluções políticas não devem ser procuradas nas cabeças dos homens nem na idéia que eles fazem da verdade eterna ou da eterna justiça, mas nas transformações operadas no modo de produção e de troca (...)”(Engels, s.d., in BIANCHETTI, 1998, p. 27).

Para iniciarmos a análise sobre a exclusão, pode-se começar uma reflexão sobre a formação das sociedades primitivas, e para que isto seja possível, buscamos compreender a constituição destas sociedades. Estas tinham como principal característica o nomadismo, pois o homem dependia da natureza para sua sobrevivência, ou seja,

“ (...) o atendimento das suas necessidades estava totalmente na dependência do que a natureza lhes proporcionava, como por exemplo, a caça e a pesca no tocante à alimentação e as cavernas para se abrigar. Ora, em virtude da característica cíclica da natureza, totalmente fora do controle dos homens, os deslocamentos eram constantes, (...)” (BIANCHETTI, 1998, p. 28)

Uma vez que estas mudanças precisavam ser tão constantes e a dependência dos recursos naturais era tão grande, havia a necessidade de que os indivíduos desta sociedade fossem capazes de se auto-sustentarem e pudessem ainda colaborar com todo o grupo. Logo, é possível imaginar que o indivíduo incapaz de executar estas atividades básicas neste meio seria excluído. Desta forma,

“É evidente que alguém que não se enquadra no padrão social e historicamente considerado normal, quer seja decorrente de seu processo de concepção e nascimento ou impingido na luta pela sobrevivência, acaba se tomando um empecilho, um peso morto, fato que o leva ser relegado, abandonado, sem que isso cause os chamados sentimentos de culpa característicos da nossa fase histórica. Utilizando uma linguagem dos dias atuais, podemos afirmar que nas sociedades primitivas, ‘quem não tem competência não se estabelece’. Isto é, não há uma teorização, uma busca das causas, havia simplesmente uma seleção natural: os mais fortes sobrevivem.” (BIANCHETTI, 1998, p. 28)

Não só a sociedade primitiva tinha suas formas de exclusão. No período escravista, por exemplo, característico na sociedade grega, a concepção de corpo se encontrava separada da mente. Assim, esta separação acabava por ser concretizada no nível prático, ou seja, a mente era a encarregada pela dignidade e pelos sentimentos

superiores, enquanto o corpo era responsável pelas tarefas ligadas à degradação. Este conceito se efetivava na divisão da sociedade, uma vez que,

“A divisão em nível macro (...) vai ser o protótipo para a divisão em nível micro: à mente (os livres) cabe a parte digna, superior, encarregada de mandar, governar; ao corpo (o escravo) degradado, conspirador, empecilho da mente, cabe a missão de executar as tarefas degradadas e degradantes.” (Bianchetti, 1998 p. 30)

Na Idade Média, o indivíduo diferente passa a ser visto como um ser com direito à vida. Entretanto, é também neste momento que o estigma irá aparecer, já que de acordo com os ensinamentos do catolicismo, a diferença será símbolo do que é pecado.

Nesta época histórica, cujo modo de produção era o feudalismo, as concepções vigentes deixam de ser corpo e mente para se transformar em corpo e alma. A parte relativa à alma será merecedora de atenção e dotada de dignidade, já o corpo, apesar de conquistar neste período a condição de “templo da alma”, será o culpado pelos erros cometidos e considerado a causa dos mesmos.

Segundo Nietzsche, o cristianismo será o principal responsável pelas relações entre a compaixão e tudo aquilo o que é fraco. De acordo com seu pensamento: *“o que é mais prejudicial do que qualquer vício? A compaixão ativa para com todos os deficientes e fracos; o cristianismo.” (Nietzsche, 2000, p.28)*

A partir da compaixão, atrelada às crenças da Igreja católica, dar-se-á a solidificação da concepção relativa à diferença como sinônimo de pecado, por sua vez, digno de pena. Assim, a partir desta estrutura surge o conceito de estigma. Há muito se sabe da estigmatização dos portadores de deficiência (assim como de todos aqueles que fogem ao padrão preestabelecido pela sociedade), desde os séculos mais remotos, quando estes sofreram punições como extermínio, práticas da compaixão católica,

esconjurações e tantas outras amostras de depreciação – tais como fazer o papel de bobo da côrte.

Existe, na Bíblia, uma grande diversidade de situações onde a exclusão dos deficientes, das mulheres, dos homossexuais, entre outros grupos estigmatizados é bastante clara. Para ilustrar, pode-se tomar de exemplo algumas passagens: *“Ao saírem, eis que lhe trouxeram um possesso mudo. Expulso o demônio, o mudo pôs-se a falar (...)”* (MT,9;32-33)

Neste caso, a deficiência era causada pelo próprio espírito do mal, o demônio. Todavia, pode-se citar uma infinidade de outros exemplos ligados a valores de ascensão espiritual, assim como a remissão dos pecados daqueles que portam a diferença, ou ainda, a elevação espiritual de terceiros conquistada através da compaixão pelos mais necessitados, ou pelas “aberrações” – conceito extremamente utilizado pela igreja até os dias atuais¹.

Ademais, outros exemplos podem ser citados, como o fato de Eva ter trazido o “pecado original” à humanidade, ou ainda, Dalila, a mulher responsável pela extinção da força de Sansão. Na Bíblia pode-se encontrar até mesmo alusão ao homossexualismo: *“Uma mulher não usará vestes de homem, um homem não se vestirá com um manto de mulher, pois quem quer que assim proceda é uma abominação para o Senhor, teu Deus.”* (Deuteronômio, 22, 5)

¹ Esta concepção pode ser exemplificada pela seguinte passagem, encontrado no livro do de São João: *“Ao passar, Jesus viu um homem cego de nascença. Os seus discípulos lhe fizeram a pergunta seguinte: ‘Mestre, quem pecou para que ele nascesse cego, ele ou seus pais?’ Jesus respondeu: ‘Nem ele, nem seus pais. Mas é para que as obras de Deus se manifestem nele...’*”(Jo,9,1-2)

Com isso, pode-se dizer que os valores preconceituosos da Bíblia, transformados, em grande parte, em frases do senso-comum², contribuem de forma maciça para o processo de exclusão social. Vale ressaltar que estes valores são difundidos pela Igreja, o que os torna “mais verdadeiros” devido à força da religião no comportamento da sociedade.

Todo este processo descreve a estrutura do estigma, ou seja, a maneira pela qual o homem pré-concebe a “identidade social” (GOFFMAN, 1988) dos indivíduos e constrói expectativas que se não forem cumpridas, farão do outro um estigmatizado, excluído do padrão de normalidade.

A palavra estigma, é de origem grega, usada para designar sinais físicos indicadores de algo incomum, até mesmo mau que pudesse vir a afetar a identidade social³ daquele que os apresentasse.

Na Idade Média, o termo passa a ser utilizado pela Igreja Católica também para definir o fenômeno manifestado naqueles que pudessem apresentar as marcas relacionadas à Graça Divina, assim como, a definição médica surgida a partir deste conceito cristão para indicar sinais corporais de disfunção física e/ou mental (GOFFMAN, 1988)

Atualmente, o termo estigma é usado para definir o “status moral” do indivíduo portador de traços físicos, sociais, econômicos ou étnicos diferentes do padrão de normalidade da sociedade.

² Segundo Chauí (1997), o senso-comum é “um conjunto de crenças, valores, saberes e atitudes que julgamos naturais porque, transmitidos de geração em geração, sem questionamentos, nos dizem como são e o que valem as coisas e os seres humanos, como devemos avaliá-los e julgá-los.” (CHAUÍ, 1997, p. 21)

³ Segundo Goffman (1988), a sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como normais para os membros de cada uma destas categorias. Assim, a identidade social diz respeito à categoria de cada pessoa e seus atributos pré-concebidos socialmente

Em seu livro de nome “*Estigma*”, Goffman afirma que as pessoas categorizam (como uma necessidade para o convívio social) as outras de acordo com um total de atributos considerados comuns. Em consequência, estas características tornam-se desejáveis transformando-se em preconceções. Assim, “*nós as transformamos em expectativas normativas, em exigências apresentadas de modo rigoroso.*” (Goffman, 1963, p.12). O preconceito pela diferença, nestes casos, nasce quando nossas exigências a respeito dos supostos atributos que garantirão o status do indivíduo, não são preenchidos.

O século XVI, por sua vez, virá assinalar outro ponto de transformação na sociedade que influenciará o modo pelo qual esta se comporta em relação à diferença. Neste momento, o modo de produção feudal sofrerá transformações rumo ao capitalismo. Segundo Bianchetti:

“Não há como negar que o século XVI é divisor de águas na história da humanidade. O gradativo predomínio de uma produção voltada para o mercado, a possibilidade de acumulação, o desenvolvimento de uma ciência e de tecnologia que garantirão o domínio do homem sobre a natureza diferencia-se radicalmente da situação anterior na qual a maioria dos homens e das mulheres vivia seu dia-a-dia miseravelmente envolvida com a produção para a subsistência.” (1998, p. 34)

O câmbio no modo de produção modificou significativamente a vida do homem, trazendo-lhe avanços, tais como o expansionismo; o antropocentrismo que derruba o paradigma do teocentrismo; o experimentalismo e o indutivismo como principais no método para produção de conhecimento científico, bem como o liberalismo. A burguesia, classe emergente, em oposição à monarquia, terá no advento do Iluminismo, a inspiração para a mudança revolucionária da sociedade. Estas modificações seriam um estímulo para o reforço das relações de poder entre o homem e seu semelhante e entre o homem e a natureza.

A Revolução francesa acontece neste momento utilizando-se de cinco pilares: “*individualismo, liberdade, propriedade, democracia e igualdade*” provenientes do ideário liberal. Bianchetti (1998) assinala as conseqüências da Revolução, no que diz respeito à igualdade e liberdade para todos, princípios que, aos poucos vão sendo deturpados, demonstrando o caráter demagógico da burguesia, cuja ação, depois da Revolução francesa modificou-se :

“Vitoriosa a Revolução Francesa, gradativamente passa a emergir o caráter reacionário da burguesia. Os mesmos direitos por cuja conquista ela se debateu heroicamente, junto com seus pares do Terceiro Estado, agora como classe hegemônica, passa a sonegar aos outros. E os princípios da liberdade e principalmente da igualdade não passam de caricaturas ou eufemismos quando se confronta o discurso com a prática desta classe.”
(BIANCHETTI, 1998, p.37)

É importante ressaltar a mudança acerca da concepção de corpo, que com o avanço da ciência e da tecnologia passa a ser entendido, em sua complexidade, como uma máquina em pleno funcionamento. De acordo com Bianchetti (1998, p. 38), a questão da diferença será influenciada por esta nova visão, uma vez que, o corpo é considerado uma máquina, a diferença e/ou a excepcionalidade, tornar-se-ão uma disfunção, ou seja, um “defeito nas peças” desta máquina.

Outros avanços, tais como o mecanicismo e a maquinofatura também constituem características próprias do advento do capitalismo. Neste período, a compartimentalização do trabalho – e logo, a fragmentação do saber e do *know-how* (o saber fazer) do trabalhador – tomará vulto. A partir disto, surgirá o especialismo onde “*de cada pessoa se exige eficiência no desempenho de uma ou duas tarefas.*” (BIANCHETTI, 1998, p.38). Ou ainda, conforme a visão de outro teórico: “*A tarefa*

especializada não exigia um homem inteiro, mas apenas uma parte. Nunca foi apresentada uma prova mais vívida de quanto a superespecialização pode ser um tanto quanto brutalizante.” (TOFFLER, 1980, p.62)

Atualmente, a divisão e organização do trabalho vem sendo modificada para o favorecimento de “um novo paradigma de produção” que objetiva dar as condições, de cunho tecnológico, necessárias para que as diferenças, tanto sociais quanto físicas, entre homens e mulheres, sejam superadas. Entretanto, é visível o fracasso na tentativa destas conquistas, uma vez que, *“continuam permeadas pela lógica do capital, caracterizada pela produção coletiva e pela apropriação individual de uma classe.” (BIANCHETTI, 1998, p.39)*

Nesta concepção, que domina os dias atuais, existe o predomínio da lógica capitalista no trato das relações sociais. Assim, pode-se notar que apesar do comprovado avanço acerca do modo pelo qual a sociedade apreende (poderia ser até: aprende) o diferente, ainda há a necessidade de diversas mudanças para que este esteja, realmente, inserido na sociedade. Esta inserção deve ser entendida como inclusão efetiva.

Ademais, a difusão da lógica neoliberal na sociedade contemporânea contribui de forma maciça para a prática do “diferenciar o diferente”, visto que esta lógica baseia-se na produtividade, na competitividade e em valores que instituem “naturalmente” a exclusão.

O que se quer pontuar é que a partir de uma suposta homogeneização do valor de igualdade, acaba-se por instaurar a indiferença frente às diferenças individuais, ou seja, frente à subjetividade e a diversidade que compõe os seres humanos.

Portanto, o indivíduo diferente continua excluído do convívio social, econômico e político, ironicamente, pelos mesmos motivos que tem sofrido o

preconceito pela diferença desde as sociedades primitivas, ou seja, devido ao modo de produção vigente.

De acordo com Bianchetti, a transição do século XX para o século XXI, quando vista sob a ótica da concepção e tratamento dos indivíduos diferentes (excepcionais, especiais, deficientes) pode ser resumida na seguinte proposição: “Cada vez mais parece claro que o ‘deus’ dos dias atuais se chama capital, e que o pecado na religião do capital é não ser produtivo.” (BIANCHETTI, 1998, p.39).

Apesar de não ser este o objeto principal em nosso estudo, neste momento, é importante problematizar o conceito, que coloca a deficiência como uma “posse”, uma “propriedade”. Usaremos sempre este termo entre aspas, para manifestar que se trata de um *eufemismo*: uma forma retórica de caracterizar aqueles que fogem dos padrões ditos “normais”.

É fundamental constatar que na linguagem já se instala a exclusão. Na tentativa de oferecer qualificativos “amenos” para caracterizar os eufemismos, a língua só potencializa a exclusão. Podemos também usar como analogia para pensar a questão do eufemismo, a expressão “gente de cor” para o negro, não aludindo ao negro o propósito de julgar esta condição como inferior. Assim, “deficiente”, “excepcional”, “escurinho” ou ainda, “portador de necessidades especiais” são adjetivos que colocam a diferença em situação de inferioridade.

De acordo com Chauí, existem dois tipos de violência ligados ao preconceito – a violência real e a não-violência baseada em mecanismos de exclusão mascarados. “O preconceito da não-violência opera com a separação entre o ‘nós’ e o ‘eles’” (CHAUÍ, 1997, p.71). Desta forma, é sempre cômoda a utilização de comportamentos que excluem, uma vez que, por estarem tão presentes no cotidiano, e ainda, estarem encobertos por procedimentos que mascaram o sentido real do discurso não geram sentimentos de culpa, e muitas vezes, nem são percebidos.

Podemos dizer que a condição da pessoa “portadora” de necessidades especiais se constitui na diferença mais radical nas diversidades sociais, visto que não só na história passada, como em nossa história atual, é este o elemento mais castigado pela não-aceitação e com o peso do estigma. O indivíduo “portador” de necessidades especiais é sempre da maneira pela qual os outros o definem, sendo portanto, “um estigmatizado” (Goffman, 1988). Antes de tudo, é necessário que se entenda as verdadeiras necessidades da pessoa considerada “especial”: seus problemas se apresentam como os de qualquer outro aluno e os educacionais são, na maioria das vezes, essencialmente gerados pela falta de esclarecimento daqueles que fazem parte de seu convívio (pais, professores, etc.). Equiparando-se a todo o preconceito, a prática da exclusão conta com a desinformação como aliada.

É de extrema relevância ressaltar a transitoriedade do ser humano que, enquanto sujeito histórico, busca formas de redimensionar sua existência. Para exemplificar, podemos citar as relações para com o portador de deficiências, pois mesmo que estas ainda carreguem em si preconceito semelhante ao das sociedades primitivas, hoje em dia já existe uma tentativa de superação da exclusão.

Uma das formas de mudar o quadro do tratamento do indivíduo estigmatizado é, com certeza, a inclusão social. Embora o presente estudo não tenha como meta uma discussão aprofundada da inclusão escolar, é indispensável pontuar o fato de que para se pensar numa inserção no âmbito educacional, deve-se inserir o indivíduo de forma mais ampla no contexto social.

2. Aspectos sociais da apreensão do diferente

A inclusão social constitui um novo paradigma para todos os grupos minoritários. A prática integradora⁴, historicamente tem demonstrado a difusão da segregação e a exclusão de pessoas rotuladas como diferentes em nossa sociedade.

O homem não recebe as normas sociais, regras e valores de forma passiva, existe uma interação em nível prático, onde este sofrerá modificações, todavia, interferindo nestas normas. *“Ao assimilar as instituições, os indivíduos lhes dão, de uma certa maneira, sua marca pessoal, pois indivíduos diferentes adaptam-se de forma diferente no contexto social.”* (TOMASINI, 1998. P.112)

Segundo Durkheim (1978), é impossível a existência de um conformismo social que não admita uma série de características individuais. Desta forma, é válido mencionar que a sociedade comporta grande número de diferenças e as “aceita”, entretanto, esta aceitação não é ilimitada. Esta irá variar de acordo com o comprometimento que uma característica individual pode trazer ao equilíbrio dos valores sociais.

De acordo com Tomasini (1998), mesmo que a tolerância faça parte da convivência entre indivíduos, esta tem uma variação de cunho imprevisível cujos limites serão definidos de acordo com o campo de ação das concepções da sociedade em questão. Este campo traduz-se nas características sociais, econômicas, religiosas, morais, étnicas, etc. *“Mesmo considerando certa plasticidade, a sociedade demarca bem as suas fronteiras. Os desvios, as diferenças, dentro de certos limites não sofrem sanções; mas aqueles comportamentos considerados transgressores da ordem social são alvo de intervenção médica, educacional, penal, conforme o caso exigir.”*(TOMASINI, 1998.p.112)

⁴ Os conceitos de integração e inclusão serão aprofundados posteriormente.

Durkheim (1978) afirma que, a similaridade entre os indivíduos é um dos fatores essenciais estabelecidos pela sociedade para que esta possa funcionar e ser coesa. Assim, o indivíduo que foge ao padrão mínimo de semelhança acaba por representar, na maioria das vezes, uma ameaça à estrutura social.

Entretanto, a normalidade pela qual um grupo ou a sociedade são guiados, é basicamente gerada por uma reunião e classificação de semelhanças, ou seja, *"a matriz da normalidade é produto de uma estatística, na qual a maioria dos indivíduos apresenta comportamentos regulares e semelhantes."* (TOMASINI, 1998. p.113)

Todos aqueles que não se "enquadram" no padrão estabelecido da sociedade são excluídos e, é importante ressaltar, a rotulação destas pessoas não está confinada a limites. Quando os indivíduos são afastados de seu grupo social devido a seus atributos, estes passam a integrar a categoria de objetos de negação da ordem social, ou ainda de acordo com Tomasini. *"(...) as pessoas ou o grupo de pessoas consideradas portadoras de problemas ou que se destacam sensivelmente do que está socialmente estabelecido como normal, são alvo de processos que resultam na criação de mecanismos de correção das suas diferenças."* (1998, p.114)

Isto acontece porque, a violação das normas sociais provoca o rompimento das relações de aceitação entre os ditos "normais" e entre aqueles julgados destoantes. Consequentemente, *"os indivíduos são categorizados segundo o problema que causam à sociedade: pobreza, delinqüência, loucura, deficiência e tantos outros."* (TOMASINI, 1998, p.114)

De acordo com Foucault (1982), *"não é suficiente apenas a busca dos fatores que contribuíram para o surgimento da diferença, no âmbito sócio-cultural. Deve-se investigar as condições sob as quais a história destas entidades foi construída."* (FOUCAULT in RIBEIRO, 1982. p.37)

Sendo assim, a escola , enquanto locus de produção de sentidos, pode vir a contribuir tanto para inclusão como para exclusão de seus alunos, não só no próprio ambiente escolar, como de uma forma abrangente e é esta a questão que se pretende desdobrar a seguir.

2.1. A escola e a diferença

No âmbito educacional, a inclusão tem sido vastamente discutida, entretanto, sua realização em vias práticas tem se mostrado pouco ampla, ou ainda, insatisfatória. Os conceitos relativos à realização da inclusão têm sido interpretados de maneira diversa e, conseqüentemente, executados à luz deste leque de diferentes entendimentos acerca da participação dos "portadores" de necessidades especiais na escola.

A educação tem se preocupado com a qualidade de vida do indivíduo especial, todavia quando esta preocupação exige a prática, por diversas vezes, inventa-se um novo rótulo para definir a pessoa "portadora" de necessidades especiais. É comum que o termo de tratamento referente ao sujeito especial se modifique, porém, apesar da evolução dos adjetivos que irão definir esta pessoa, o comportamento da sociedade para com ela é, em linhas gerais, constante. Deste modo, surge a "teoria do coitado" - parte integrante do senso comum e da conjuntura da sociedade, exemplificada por diversas situações cotidianas presente nas mais diversas formulações, tais como: "Não fique olhando, ele é doente mental...", ou "Coitadinho, não pode brincar com as outras crianças porque é retardado", ou ainda, "Ela é negra mas é inteligente." É desta forma que se reforça a segregação sócio-cultural calcada na suposta moralidade dos cidadãos considerados "normais", ou seja, indivíduos exemplares cujo comportamento não foge às normas da sociedade e, que são capazes de "aceitar" os justamente por seu "status moral".

Como ressaltado anteriormente, as medidas relativas à prática inclusiva mostram-se insuficientes e tendem a demonstrar múltiplas interpretações, uma vez que, existem alguns paradigmas a respeito das modalidades de inserção do sujeito na sociedade. Um dos maiores problemas ligados à prática da inclusão, ou ainda, o que se pensa ser inclusão, é a formação do docente. Fala-se da psicomotricidade, da

psicologia e de outros campos que devem estar contidos na gama de conhecimentos do professor para que este seja um profissional de educação especial. Discute-se com vigor a especialização das instituições e de seus profissionais, ambos como aspectos separados do processo educativo. A mentalidade segregativa, que se reflete na segmentação do saber, do conhecimento, reforça de maneira significativa a exclusão. Não obstante, o professor não deveria ser conhecedor de tudo o que diz respeito ao desenvolvimento e à aprendizagem para ser capaz de ensinar a qualquer aluno? A escola não deveria preparar este profissional para esta tarefa? Ou ainda, a escola não deveria se preparar?

O que realmente ocorre quando a referência é esta especialização tão peculiar é o ato de procrastinar o convívio entre professor formado para o ensino dito "regular" e aluno "portador" de necessidades educacionais especiais (leia-se: aquele proveniente das minorias sociais, étnicas, econômicas, etc.). Assim, a prática simplesmente não ocorre e uma vez que, não há teoria válida sem a prática, o professor não tem se sentido preparado para atuar junto aos alunos excluídos, seja nas escolas regulares lidando com níveis de diferença menores, seja junto aos alunos especiais, portadores de deficiência, que se encontram no nível mais alto de diferença. Ademais, como membro da sociedade em que vive, este professor, antes de tudo cidadão, tende a reproduzir os valores convencionais presentes no seu cotidiano.

Infelizmente, o educador vive em uma sociedade historicamente preconceituosa, onde o desprezo e o medo da diferença é difundido desde seus primórdios e sob as desculpas mais diversas. Portanto, antes que seja discutida a formação do educador e a competência das instituições, é importante que se considere o fato de que as pessoas envolvidas neste processo são, primeiramente, cidadãos desta sociedade e, por isso, influenciados pelo modo de vida e pelo pensamento da mesma, pois a sociedade tem arraigados os valores da exclusão referentes a tudo que lhe possa parecer diferente. Desta maneira, a escola, como instituição desta sociedade, reproduz estes valores fazendo da inclusão do diferente, de maneira plena, uma conquista cada vez mais distante.

Todavia, não se deve esquecer que a escola, antes de tudo, é um espaço de formação de sentidos, onde sempre existirá a possibilidade de incitações para a mudança do âmbito social. Assim, a escola pode ser um instrumento na luta pela modificação do determinismo a respeito das relações sociais, uma vez que será esta instituição tem importante papel na formação do indivíduo, não podendo pré-determinar e controlar a formação do sujeito social, mas apresentando um caráter fundamental na constituição deste. Em outras palavras, "ninguém nasce feito. Vamos nos fazendo aos poucos na prática social de que tomamos parte." (FREIRE, 1993. p.88)

O âmbito escolar, certamente, tem buscado soluções para tornar melhor a qualidade de vida, como educacional dos e, portadores de necessidades educacionais especiais, melhor, propiciando-lhes condições que contribuirão para formação e desenvolvimento de sua cidadania, o que pressupõe, sua inclusão social pois compartilhamos da concepção de Canivez (1991), de que ser cidadão é estar inserido em sua comunidade.

Segundo Mantoan (2000, p.18), *"a escola para a maioria das crianças brasileiras, é o único espaço de acesso aos conhecimentos universais e sistematizados, ou seja, é o lugar que vai lhe proporcionar condições de se desenvolver e de se tornar um cidadão com identidade social e cultural."*

Em nosso país, até a década de 80, a grande discussão acerca da educação dos "portadores" de necessidades educacionais especiais residia nas modalidades de inserção e suas particularidades. A partir dos anos 90, chega até nós um outro paradigma acerca da inserção, - a inclusão.

Apesar da semelhança entre o significado dos vocábulos: *integração* e *inclusão*, seus ideários englobam princípios diferentes. Esta seria a causa de uma certa confusão a respeito da concretização de uma ou outra destas modalidades, ou seja, *"a indiferenciação entre os significados específicos dos processos de integração e*

inclusão escolar reforça ainda mais a vigência do paradigma tradicional de serviços...”
(MANTOAN, 2000, p.3)

Sendo assim, faz-se necessário, pontuar as características de cada processo de inserção, para que se possa conhecer as principais dificuldades da implantação de um sistema bem-sucedido.

2.2. A Integração

Quando falamos da inserção do diferente na escola é inevitável a discussão sobre a integração, uma vez que esta modalidade conota um “arranjo” a respeito da situação de exclusão. Desta maneira, podemos dizer que é mais fácil integrar, entretanto, insatisfatório. Visto que este paradigma não pressupõe uma mudança do sistema escolar, muito menos, uma modificação da sociedade.

O processo de integração surgiu nos anos 60 devido à necessidade de repensar as relações e as ações sociais para com os indivíduos portadores de déficit mental ou intelectual. *“Os movimentos em favor da integração de crianças com deficiência surgiram nos países nórdicos, quando se questionaram as práticas sociais e escolares de segregação, assim como as atitudes sociais em relação às pessoas com deficiência intelectual.” (MANTOAN, 2000, p.4)*

Ao longo do tempo, o termo integração foi incorporado de tal forma à nossa realidade que se tornou quase incompreensível o significado da inclusão. A dificuldade de distinção entre os dois termos – Inclusão e Integração- pode reforçar e manter os modelos tradicionais de serviços especializados no ideário das instituições e na prática dos profissionais que nelas atuam.

Por ter uma natureza diremos, pouco inovadora, a integração se tornou uma ferramenta de difusão mais descomplicada, posto que esta modalidade utiliza-se de mecanismos que não exigem reestruturação das instituições. Todavia, por redefinir poucos aspectos, a integração apresenta dentro de sua estrutura, desdobramentos que, por sua vez, pressupõem a segregação, especialmente, a propósito dos serviços especializados voltados para o “portador” de necessidades especiais.

A base da integração, de acordo com Mantoan (2000), reside no princípio de normalização pelo qual pretende-se criar condições e modelos de vida semelhantes

para as pessoas socialmente excluídas ou desvalorizadas. A eliminação de qualquer tipo de rotulação é também uma de suas metas. Por isso, devem ser repensadas, como posto no início, os eufemismos para aludir a diferença, longe de integrar, são uma forma mascarada de exclusão.

Uma das opções de integração é chamada de *mainstreaming*, ou seja, “corrente principal”. De acordo com a classificação da necessidade do indivíduo, criam-se espaços desde classe hospitalares até classes regulares. Este sistema denomina-se sistema de cascata, entretanto, *“Trata-se de uma concepção de integração parcial, porque a cascata prevê serviços segregados que não ensejam o alcance dos objetivos da normalização.”* (MANTOAN 2000, p. 5).

Constata-se que raramente quando um aluno se encontra em um serviço segregado, este consegue se deslocar para os menos segregados, é mais difícil ainda, que este chegue à uma classe regular. Este sistema se aplica nos casos de educação especial, ou seja, quando o aluno é “portador de algum déficit físico ou mental. Contudo, o problema abrange todos aqueles considerados diferentes, que fogem ao padrão de normalidade. Como por exemplo, ocorre na classe de aceleração proposta pelo MEC e na classificação de turmas.

Assim, a integração diz respeito à normalização do aluno, no sentido de fazê-lo o mais igual possível, nesta modalidade de inserção é o aluno que deve ser modificado para se adaptar ao meio, para que a adaptação ainda que não completamente “satisfatória”, aconteça em um dos níveis do sistema.

2.3 A Inclusão

Partindo do pressuposto de que a integração pretende “arranjar” com as ferramentas que tem a situação do aluno excluído, pode-se dizer que a inclusão consiste na total reestruturação da escola como espaço e como instituição da sociedade para moldar-se a qualquer aluno.

O conceito de inclusão questiona as políticas de *mainstreaming*, não só do ensino mas também da sociedade de forma mais abrangente, pois supõe-se a inserção de forma bem mais radical. A maior diferença entre a integração e a inclusão reside no fato de a primeira dizer respeito a inserção daqueles que foram excluídos e a segunda, em contrapartida, se referir à uma meta de ensino que, desde o princípio, visando a adaptação das instituições a qualquer pessoa excluída – e em relação a escola, fora deste sistema.

Assim, pode-se dizer que a inclusão não é compatível com a integração, bem como, não é uma prática que sucede a integração, mas sim, objetiva reestruturar o âmbito escolar de modo a recriar um mecanismo no qual todos os envolvidos são necessários para seu funcionamento.

Além de constituir uma proposta de mudança da perspectiva escolar, a inclusão se refere também à (re)constituição das relações sociais. Deste modo, é importante pontuar que a inclusão exemplifica diretamente o caráter bilateral do desenvolvimento social e escolar, ou seja, uma vez que instituída em um dos dois âmbitos, conseqüentemente, instalar-se-á no outro.

A metáfora aplicada ao conceito da exclusão é o caleidoscópio, porque para que este apresente um desenho complexo e rico- característico do objeto-, precisa de todos os diferentes pedaços que o compõem. Segundo Mantoan, “as crianças se

desenvolvem, aprendem e evoluem melhor em um ambiente rico e variado".(MANTOAN, 2000, p.4)

3. A escola como ferramenta para a mudança do paradigma atual de exclusão

Por ser uma instituição da sociedade e, influenciada por seus valores, a escola também demonstra dificuldades no trato com o diferente. Contudo, atualmente podemos detectar a preocupação acerca da melhoria da qualidade de vida daquele considerado destoante.

Entretanto, quando se fala da escola e a inserção do diferente, normalmente fala-se a respeito do "portador" de necessidades especiais, que pode ser considerado como o extremo da diferença dentro do meio social. Para exemplificar, pontua-se as conquistas das mulheres e dos negros no mercado de trabalho, todavia ainda é complicado a participação de um "portador" de necessidades especiais neste âmbito. Na escola, ocorre o mesmo, ou seja, há uma grande dificuldade de inserir este indivíduo no contexto educacional.

Todavia, deve-se levar em conta, as possibilidades da escola no que diz respeito à mudanças que podem incitar. Se modificamos a forma pela qual a sociedade lida com a diferença, logo a escola, utilizando-se desta resignificação mudará a sua forma de acolher o diferente. Assim como, se a escola transforma seus meios de lidar com os considerados destoantes, formará indivíduos dotados de novos valores para interação com o meio e disto, surgirão novos paradigmas que levarão a sociedade a pensar de outra forma a participação dos que fogem dos padrões de normalidade.

Desta maneira, devemos levar em conta o caráter bilateral das relações entre a escola e a sociedade no tocante ao processo de exclusão. Para que se consiga incluir efetivamente o indivíduo na escola, deve-se pensar na inclusão social, bem como, para que a inclusão ocorra em nível social de maneira real deve haver uma mobilização de

valores na escola para a mudança no pensamento do indivíduo acerca da diferença. Assim, a diferença não é mais vista como um estigma, como algo degradante no indivíduo, passando a ser entendida como o que caracteriza a condição humana – a diversidade.

Considerações finais

“ Este ser que vive, em si mesmo, a dialética entre o social, sem o que não poderia deixar de ser, e o individual, sem o que se dissolveria no puro social, sem marca e sem perfil”
(Paulo Freire)

Certamente, a inclusão consiste na especialização da educação em todo e qualquer aluno, entretanto, para que ocorra a implantação de modalidade tão revolucionária de inserção é iminente a superação de um obstáculo maior: o relacionamento humano.

No entanto mesmo sabendo que a exclusão tem todo seu histórico de implantação na sociedade, não devemos considerar este aspecto como fato concreto, estático, ou seja, devemos entender que toda teoria social pode ser rompida e ser criada uma nova em seu lugar. Aliás, a história de nossa sociedade é inteiramente calcada nesta dinâmica.

A partir deste princípio é que o homem se reiventando e recria, desenvolve sua presença no mundo. Segundo Freire, “foi reinventando-se a si mesmo, experimentando ou sofrendo a tensa relação entre o que herda e o que recebe ou adquire do contexto social que cria e que o recria, que o ser humano veio se tornando este ser que, para ser, tem que estar sendo. Este ser histórico e cultural que não pode ser explicado somente pela biologia ou pela genética nem tampouco apenas pela cultura (...)” (FREIRE, 1993, p.67)

Assim, podemos dizer que a reversão da exclusão é, realmente, algo extremamente difícil de se realizar, devido a toda a estrutura social existente e aos

valores fortemente plantados em cada indivíduo presente na comunidade. Entretanto, jamais devemos confundir este esclarecimento com a suposta incapacidade de mudar a situação instaurada.

Partindo do pressuposto de que cada indivíduo tem um importante papel como membro da sociedade, visto que sua interação com os valores sociais, econômicos, étnicos, políticos, é que darão base aos paradigmas vigentes, cabe a cada um de nós fazer nossa pequena parte rumo à inclusão, por e para todos. Seria este pensamento utópico? Ou não seria a utopia que move nossa pequena existência?

*"A utopia está no horizonte
Me aproximo dois passos, se distancia dois passos.
Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos mais.
Por mais que eu caminhe, nunca o alcançarei.
Para que serve a utopia?
Para isso, para caminhar."
(Eduardo Galeano)*

Bibliografia:

BIANCHETTI, L. et FREIRE, I. M. (orgs.). Um Olhar sobre a Diferença: Interação, trabalho e cidadania. Campinas, SP: Papyrus, 1998.

CANIVEZ, P. Educar o Cidadão? Ensaaios e Textos. Campinas, SP: Papyrus, 1991.

CHAUÍ, M. Senso Comum e Transparência. [S.l.: s.n.], 1997.

DURKHEIM, Émile. Objetividade e identidade na análise da vida social. In: Martins, José de Souza e Foracchi, Marialice Mencarini (orgs.). *Sociologia e sociedade (leituras introdutórias à sociologia)*. Rio de Janeiro: LTC, 1978.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir. 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

FREIRE, P. Política e Educação. São Paulo: Cortez, 1993.

GALEANO, E. O livro dos abraços. Porto Alegre: L&PM, 1991.

GOFFMAN, E. Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. 4ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988

MANTOAN, M. T. E. Integração x Inclusão: Escola (de qualidade) para todos. [S.l.: s.n.], 2000.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O Desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde. 5ª ed. São Paulo: HUCITEC-ABRASCO, 1998.

NIETZSCHE, F. W. O Anticristo. São Paulo: Martin Claret, 2000.

_____ Assim Falou Zaratustra: Um livro para todos e para ninguém. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

TOFFLER, Alvin. A Terceira Onda. São Paulo: Record, 1980

TOMASINI, M. E. Expatriação social *In*: BIANCHETTI, L. et FREIRE, I. M.(orgs.). Um Olhar sobre a Diferença: Interação, Trabalho e Cidadania. Campinas, SP: Papirus, 1998.